

ARTIGO
27/01/2025

É hora de desarmar os palanques

** Dimas Ramalho*

Assumir o governo de um município é uma tarefa de imensa responsabilidade. Os prefeitos e prefeitas que iniciaram seus mandatos em 1º de janeiro têm diante de si o desafio de não apenas cumprir as promessas feitas durante a campanha, mas de fazê-lo com eficiência, respeito à lei e profundo compromisso com seus concidadãos. Trata-se, portanto, de um momento que, além de inaugurar uma nova fase política, exige planejamento estratégico, transparência e continuidade administrativa.

A nova gestão deve se pautar, antes de tudo, pela análise cuidadosa da realidade local. O primeiro passo para qualquer prefeito que almeja alcançar resultados concretos é compreender detalhadamente a situação da cidade sob seu governo. Isso significa avaliar as finanças, entender os contratos vigentes, identificar obras em andamento e examinar projetos que já estão em execução. Tal levantamento constitui, mais do que uma obrigação, uma oportunidade de construir as bases de uma gestão sólida e bem fundamentada.

Embora a alternância de poder seja um dos princípios basilares da democracia, o novo governo não deve suspender ações e serviços essenciais da prefeitura. A continuidade de programas sociais, melhorias em infraestrutura e atendimento nas áreas de saúde e educação devem ser prioridade. A população não pode ser prejudicada por demagogias ou rixas políticas. Além disso, é necessário concluir as licitações em andamento e honrar os contratos iniciados na gestão anterior, a não ser nos casos em que a interrupção se mostre imprescindível para preservar o interesse público.

Entretanto, exercer o cargo com responsabilidade vai muito além de manter aquilo que já existe. É fundamental atuar com inovação e planejamento para transformar a realidade local. Prefeitos precisam construir planos concretos, alinhados com as demandas mais urgentes da população, mas também com uma visão de longo prazo. Isso inclui fomentar o desenvolvimento econômico, criar condições para geração de emprego, estimular o empreendedorismo e promover políticas inclusivas capazes de reduzir as desigualdades.

A transparência deve estar no centro de todas as ações governamentais. O acesso público às informações financeiras, administrativas e operacionais não é apenas uma exigência legal, mas

ARTIGO
27/01/2025

um compromisso moral com os contribuintes. Cidadãos que compreendem como os recursos são aplicados tendem a participar mais ativamente das decisões coletivas e a apoiar iniciativas que promovam o bem-estar comum.

Outro aspecto capital da gestão pública é a capacidade de promover diálogo e participação popular. A população precisa ser envolvida nas decisões que impactam diretamente sua vida. Seja por meio de audiências públicas, consultas ou fóruns de debate, essa interação fortalece a democracia e faz com que as políticas que venham a ser implementadas sejam mais representativas e plurais.

Os novos mandatários também não podem deixar de lado a responsabilidade ambiental, possivelmente a questão mais importante dos tempos atuais. Eles têm a oportunidade de transformar suas cidades em exemplos de sustentabilidade, implementando práticas que protejam o meio ambiente e promovam a qualidade de vida. Investir em mobilidade urbana sustentável, preservação de recursos naturais e energias renováveis são decisões que garantem não apenas benefícios imediatos, mas um legado para as gerações vindouras.

Por fim, há ainda que se dar atenção à cultura, implementar políticas de inclusão de pessoas com deficiência e promover a valorização dos servidores municipais. Como se vê, desafios não faltam.

Apesar da extensa lista de obrigações, muitos prefeitos, nestas primeiras semanas de mandato, parecem estar mais preocupados em fazer alarde de problemas e dívidas que herdaram do antecessor, como se ainda estivessem em campanha. Se eventuais ilegalidades devem, por óbvio, ser denunciadas aos órgãos de controle e fiscalização, as deficiências municipais encontradas precisam ser encaradas de frente e resolvidas com presteza. Como sempre dizemos no tribunal de contas, quem foi eleito, foi eleito para consertar eventuais falhas da administração passada. O tempo das eleições terminou; a população, agora, espera trabalho. É hora de desarmar os palanques e governar. Afinal, 2028 está logo ali na esquina.

** Dimas Ramalho é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.*